

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Moraes propõe abrir ação contra golpistas

Para magistrado, atentados ao Estado de Direito são "criminosos e inconstitucionais"

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, na madrugada de ontem, pela abertura de ação penal contra os 100 primeiros denunciadores pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pela tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro — quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas por radicais bolsonaristas. Segundo o magistrado, a liberdade de manifestação é garantida, mas atos com objetivo de pregar violência e desrespeito à democracia são "criminosos e inconstitucionais".

"Não existirá um Estado Democrático de Direito sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de direitos fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos", salientou Moraes no voto.

A avaliação do ministro é de que há "justa causa" para abertura de ação penal contra os denunciadores. Segundo Moraes, há "suporte probatório mínimo que evidencie a materialidade do crime e a presença de indícios razoáveis de autoria, não estando presentes as hipóteses



Não existirá um Estado Democrático de Direito sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de direitos fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos"

Trecho do voto do ministro Alexandre de Moraes

de rejeição ou absolvição sumária". No voto, ele ainda reforça a competência do STF para analisar as acusações apresentadas pela PGR e afastou alegações de que as denúncias eram ineptas.

No caso dos 50 denunciadores como incitadores da ofensiva antidemocrática, Moraes observou que os investigados se associaram "por intermédio de uma estável e permanente estrutura montada em frente ao Quartel General do Exército Brasileiro sediado na capital do país, aos desideratos criminosos dos outros coautores, no intuito de modificar abruptamente o regime vigente e o Estado de Direito, a insuflar 'as Forças Armadas à

tomada do poder' e a população, à subversão da ordem política e social, gerando, ainda, animosidades entre as Forças Armadas e as instituições republicanas".

A posição de Moraes foi seguida pelo ministro Dias Toffoli. O julgamento ocorre no plenário virtual do STF e vai até o dia 24. No dia seguinte, terá início uma nova sessão virtual, para analisar outras denúncias contra acusados pelos atos golpistas.

Individualização

Entre os primeiros denunciadores estão bolsonaristas que invadiram e destruíram o prédio da Câmara dos Deputados.

O Supremo afirma que os casos estão sendo analisados um a um, mas, devido à quantidade de pessoas, o voto do ministro-relator segue o mesmo padrão em todas as ações. Uma das críticas das defesas dos réus é de que não está ocorrendo a individualização da situação de cada acusado.

As primeiras denúncias sobre o ataque foram apresentadas pelo subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos. A manifestação da PGR é pela condenação dos acusados por diversos crimes, como associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado — com o emprego de violência e uso de material inflamável e deterioração do patrimônio tombado.

Conforme levantamento dos presos, das 1,4 mil pessoas que foram detidas no dia dos ataques, 294 (86 mulheres e 208 homens) permanecem no sistema penitenciário do Distrito Federal. Os demais foram soltos por não representarem mais riscos à sociedade e às investigações. (Com agências Brasil e Estado)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Ministro quer enquadrar "bigtechs" na Constituição

Durante a reunião convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir políticas de prevenção e enfrentamento à violência nas escolas, ontem, no Palácio do Planalto, com todos os governadores, ministros e representantes do Congresso, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes defendeu a inclusão de um artigo na legislação brasileira para deixar claro que as regras do mundo real devem prevalecer também no ambiente virtual. "Precisamos, de uma vez por todas, determinar que o que não pode ser feito na vida real, no mundo real, não pode ser feito no mundo virtual", disse.

Para isso, segundo o ministro, bastaria a inclusão de um artigo na lei, a ser regulamentado pelo Congresso. Para Moraes, os problemas de violência e preconceito nas escolas têm uma mesma origem: a desinformação que, em geral, é promovida via redes sociais.

"O modus operandi dessas agressões instrumentalizadas, divulgadas e incentivadas pelas redes sociais em relação às escolas é exatamente idêntico ao modus operandi que foi utilizado contra as urnas eletrônicas e contra a democracia. É o modus operandi instrumentalizado para o 8 de janeiro. Não há nenhuma diferença".

O Palácio do Planalto agarrou com as duas mãos a proposta do ministro. Ontem à tarde, na Câmara, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em entrevista sobre a pauta do Congresso — o novo arcabouço fiscal, as medidas provisórias dos primeiros 100 dias de governo e a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do 8 de janeiro, que governo já dá como fato consumado —, repetiu as palavras de Moraes, para quem as redes sociais ainda se sentem terra de ninguém, uma terra sem lei. Padilha anunciou que o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do projeto de regulamentação das "bigtechs", tem o apoio do governo para apresentar seu substitutivo.

Responsável pelo inquérito das fake news, que também investiga os envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, quando o Palácio do Planalto, o Congresso e o STF foram invadidos e depredados, Moraes revelou que foi preciso muito trabalho de inteligência para chegar aos responsáveis pela disseminação da violência, que chegou às redes sociais.

"Há alguns anos, a deep web divulgava esses tipos de mensagens. A investigação era muito mais difícil porque era necessário infiltrar pessoas naquele ambiente para chegarmos aos responsáveis. Hoje é na rede social normal que isso acontece. É no Twitter. Você entra no Google e ensina uma criança a fazer uma bomba, e a incentiva a repetir os atentados que ocorreram nos Estados Unidos", criticou o ministro.

Projeto está pronto

De autoria do deputado federal João Maia (PL-RN), o projeto de regulamentação da atuação das plataformas digitais está pronto para ser incluído na pauta pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "No Projeto de Lei 2.768/22, proponho uma regulação na linha da Comissão Europeia, mas de forma bem menos detalhada. Isso porque estamos lidando com questões de extrema relevância, que exigem respostas regulatórias, ao mesmo tempo, novas e muito rápidas", argumenta Maia. O pomo da discórdia é o papel atribuído à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que ganharia superpoderes para controlar a internet, inclusive seu conteúdo.

O órgão do governo que possui expertise mais próxima da requerida para regular plataformas digitais é a Anatel. Como acontece na União Europeia, o projeto distingue usuários profissionais e finais. Também estabelece critérios para a definição de operadores de plataformas digitais, que serão considerados como detentores de poder de controle de acesso essencial, a receita anual igual ou superior a R\$ 70 milhões. A principal crítica conceitual ao modelo proposto por Maia parte da ideia de que o setor se desenvolve de forma disruptiva e esse tipo de regulação seria absorvido pelas "bigtechs", mas mataria o desenvolvimento das startups, como aconteceu na Europa.

As "bigtechs", as grandes empresas de tecnologia, principalmente Google, Facebook, Amazon e Apple, todas norte-americanas, mantêm uma queda de braço com as autoridades judiciais brasileiras. O senso comum de que as plataformas digitais representavam uma revolução democrática, e não apenas tecnológica, está em xeque, devido à violência, ao uso maciço de fake news e à manipulação da opinião pública nas eleições. Essa influência negativa está sendo cada vez mais questionada.

A manipulação dos algoritmos por empresas como a Cambridge Analytica, decisiva na campanha do Brexit, na Inglaterra, e da atuação de hackers, principalmente russos, como ocorreu na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016, ligaram o alerta.

Em 2018, o presidente Jair Bolsonaro surpreendeu os adversários ao estruturar sua campanha e focar o marketing eleitoral nas redes sociais, sem que houvesse qualquer controle da Justiça Eleitoral. No ano passado, porém, foi diferente. Desde então, o STF investiga bolsonaristas responsáveis pela produção de fake news nas redes sociais, com objetivos antidemocráticos.

Ed Alves/CB/D.A Press



Vândalos depredam plenário do STF, em 8 de janeiro. No voto, Moraes defendeu que a Corte é o foro competente para analisar as ações contra os golpistas

PF prende tenente-coronel

Reprodução/Redes sociais



Euro e a mulher no QG do Exército. Preso por incitação ao golpe

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a 10ª fase da Operação Lesa Pátria, que investiga os atos golpistas que resultaram na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro. Entre os presos, está o bolsonarista Euro Brasília Vieira Magalhães, tenente-coronel da reserva da Aeronáutica, detido no Rio de Janeiro.

O militar está na reserva desde 2012 e estava acampado no Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, com outros bolsonaristas que pregavam golpe militar e a manutenção do ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. Ele publicou vídeos na internet em frente ao local e as suspeitas são de que atuou para incitar a tentativa de golpe de Estado.

No Pará, a PF prendeu Claudébir Beatriz da Silva Campos, que chegou a se candidatar a deputada estadual na eleição do ano passado. Outro detido é o diretor do PL em Monte Azul (MG), Silvio de Melo Rocha.

A Lesa Pátria se tornou uma operação permanente, sem

prazo para acabar. As informações, documentos, oitivas realizadas e pessoas presas subsidiam os inquéritos que correm no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os acusados de participação nos atos antidemocráticos.

As equipes saíram às ruas para cumprir 16 mandados de prisão e 22 de busca e apreensão. Expedidos pelo STF, os mandados tinham como objetivo a

detenção de pessoas em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal. De acordo com a PF, os detidos são investigados os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem

» Heleno desiste de ir à CPI do 8/1

O ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, Augusto Heleno, desistiu de depôr à CPI dos atos antidemocráticos na Câmara Legislativa. A oitiva havia sido adiada para ontem a pedido do próprio militar da reserva, mas ele explicou ao presidente da CPI, deputado Chico Vigilante (PT), ter sido aconselhado por advogados a não depôr — pois poderia colocar "mais gasolina na fogueira". Vigilante afirmou que Heleno teme incriminar o ex-presidente Jair Bolsonaro.

especialmente protegido.

Os locais atacados pelos vândalos ainda passam por reformas e restaurações. Ontem, o Supremo liberou o acesso de servidores e jornalistas ao segundo andar do prédio principal da Corte, após restauração das paredes, equipamentos e dos sistemas elétricos e hidráulicos, danificados pelos extremistas. (RS)